

JADSON PORTO

**REGIÃO DAS GUIANAS
BRASILEIRA: ENSAIOS SOBRE UMA
ESPACIALIDADE FRONTEIRIÇA**

JADSON PORTO

**REGIÃO DAS GUIANAS BRASILEIRA:
ENSAIOS SOBRE UMA ESPACIALIDADE
FRONTEIRIÇA**

Maringá, 2025.



INSTITUTO DE ESTUDOS
E DESENVOLVIMENTO DE GALICIA



© Copyright © 2025 - Todos os direitos reservados ao autor desta obra

Capa: Ponte sobre o rio Oiapoque,
Autor: Jadson Porto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P844r Porto, Jadson
Região das Guianas Brasileira [livro eletrônico] : ensaios sobre
uma espacialidade fronteiriça / Jadson Porto. – 1. ed. – Maringá, PR:
Uniedusul, 2025.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5418-081-8

1. Geografia política. 2. Fronteiras internacionais – Brasil. 3.
Desenvolvimento regional – Região Norte. 4. Políticas públicas –
Faixa de fronteira. I. Título.

CDD 320.12

Elaborado por Mauricio Amormino Júnior – CRB6/2422

doi: 10.51324/54180818

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei no 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código penal.

Prefácio

O livro de Jadson Porto, intitulado *Regiões das Guianas Brasileira: ensaios sobre uma espacialidade fronteiriça*, foi lançado em virtude dos vinte anos do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), criado pelo governo federal do Brasil em 2005.

Demonstrando inovar no vocabulário referente às fronteiras brasileiras, Porto, grande estudioso das fronteiras setentrionais do Brasil, faz uso nesta obra do termo “Região das Guianas Brasileira (RGB)”, propondo um recorte pertinente a esta porção do subcontinente sul-americano, a que se dedica a pesquisar já há algumas décadas.

O trabalho traz contribuições importantes aos estudiosos das fronteiras do Brasil, como um quadro montado pelo autor que reúne os atos e ações para organizações e configurações da faixa de fronteira do país. Conta ainda com um capítulo sobre a magnitude do Estado na Região das Guianas Brasileira relacionada ao Programa Bolsa Família, no qual o autor faz uso de uma interessante metodologia.

No capítulo final, Porto discorre sobre o progresso social na Região das Guianas Brasileira com base em dados estatísticos vinculados ao Índice de Progresso Social nos municípios da RGB.

Trata-se de um trabalho que apresenta inovações terminológicas relevantes e dados qualitativos e quantitativos, reunidos e organizados por Porto, que configuram um importante banco de dados para pesquisadores das fronteiras brasileiras, em especial àqueles que investigam esta porção da América do Sul denominada pelo autor como Região das Guianas Brasileira.

Goiânia, 18 de julho de 2025

Camilo Pereira Carneiro Filho

Doutor em Geografia; Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG (PPGeo), vice-líder do grupo de pesquisa Labeter - Laboratório Estado e Território - Gestão, regiões e fronteiras (UFRGS), membro do Laboter (Laboratório de Estudos e Pesquisa das Dinâmicas Territoriais - IESA/UFG), do Lafront (Unioeste) e do Potedes (Unifap).

Prólogo

Este livro nasce da urgência de perceber o mundo por ângulos que escapam aos traçados oficiais e discursos estabilizados. É, antes de tudo, um convite ao desvio, à ruptura e à escuta crítica dos silêncios que atravessam a compartimentalização do saber, a geografia aqui praticada se afirma como reflexiva, insurgente e fronteira.

Reconhece a complexidade da vida em sua materialidade e simbolismo e assume a incompletude dos conceitos e a instabilidade das verdades como condição para uma ciência engajada com a justiça social, a transformação territorial e a reinvenção crítica do próprio conhecimento geográfico.

Neste gesto, o olhar se desloca para um Brasil em permanente (re)configuração, onde o Estado se inscreve de forma ambígua - ora por dispositivos normativos, como a Lei nº 6.634/1979, ora por sua ausência concreta em territórios considerados estratégicos. A Faixa de Fronteira, juridicamente definida como uma zona de 150 km ao longo da linha divisória terrestre, conforma-se como espaço de exceção e ambivalência, onde a presença estatal é descontínua, oscilando entre o controle e a omissão. Ao mesmo tempo, é território de disputas políticas e simbólicas, onde pertencimentos e sociabilidades se reinventam, e onde os corpos que ali habitam carregam, em si, as marcas das fronteiras que os atravessam.

Esta obra resulta de um percurso investigativo forjado no entrelaçamento entre teoria e prática, escuta territorial e elaboração analítica. As reflexões aqui reunidas são fruto de experiências densas e implicadas na Região das Guianas Brasileira, onde múltiplas escalas e temporalidades se articulam para revelar as ambivalências da ação estatal em zonas de fronteira.

Ao mobilizar dados, narrativas e interpretações, os ensaios delineiam uma síntese crítica dos modos de presença, ausência e reinvenção do Estado em territórios historicamente deslocados das prioridades nacionais. Longe de pretender exaustão teórica, a obra propõe deslocamentos epistemológicos que reconhecem as margens como espaços habitados por corpos que produzem conhecimento, de disputas simbólicas e de reinvenção política. Logo, a fronteira deixa de ser limite e se apresenta como espaço dinâmico em que linguagens, tramas e territorialidades se entrecruzam em múltiplas escalas e temporalidades.

O primeiro ensaio, *20 anos do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira Brasileira (2005-2025)*, propõe uma leitura crítica dessa política territorial e de seus desdobramentos sobre a economia e os usos do

território nas regiões de fronteira. A partir da avaliação das ações do Estado nas bordas nacionais, o texto revisita os marcos institucionais, os instrumentos operacionais e os efeitos socio espaciais dessa iniciativa, destacando como ela impulsionou infraestruturas, mobilizou instituições acadêmicas e contribuiu para redefinir funções e dinâmicas na periferia fronteiriça do país.

Na sequência, o segundo ensaio, *Atos e ações para organizações e configurações da Faixa de Fronteira Brasileira (1854-2024)*, reconstrói de forma sistemática um extenso arcabouço jurídico, político e institucional que moldou o território fronteiriço brasileiro ao longo de quase dois séculos. A partir de um levantamento documental minucioso, o autor evidencia como decretos imperiais, programas estratégicos e pactos multilaterais foram territorializando interesses geopolíticos e organizando materialmente o que hoje compreendemos como Faixa de Fronteira. Essa cronologia revela não apenas a presença, mas as mutações da ação estatal e suas múltiplas escalas de incidência.

O terceiro ensaio, *A Magnitude do Estado na Região das Guianas Brasileira: ensaios sobre o Programa Bolsa Família (2016–2024)*, apresenta uma abordagem singular ao evidenciar a presença estatal não apenas como aparato físico ou normativo, mas como expressão de políticas públicas redistributivas em territórios periféricos. Ao mapear a participação do Programa Bolsa Família nos 52 municípios da RGB, o texto revela uma territorialidade onde a presença do Estado se manifesta fortemente por meio da transferência de renda, com impactos econômicos, sociais e políticos amplos. Mais de 40 municípios têm mais da metade de sua população como beneficiária do programa, expressão contundente da atuação do Estado e de sua capacidade de interferência nas dinâmicas locais.

Por fim, o quarto ensaio, *Progresso Social na Região das Guianas Brasileira: ensaios de desempenho territorial*, aprofunda a análise da qualidade de vida na sub-região, utilizando o Índice de Progresso Social (IPS) como instrumento analítico. Com base em dados recentes, o texto evidencia a precariedade generalizada nos indicadores sociais e ambientais da RGB, com apenas dois municípios considerados “fortes” (Manaus e Boa Vista) e 37 classificados como “fracos”.

Ao considerar dimensões como saúde, educação, segurança e sustentabilidade, o IPS escancara desigualdades em escala microrregional e revela que a ampliação da presença institucional do Estado nem sempre se traduziu em melhoria efetiva das condições de vida. O descompasso

entre ação pública e resultados concretos nas localidades analisadas oferece uma chave crítica para compreender os limites das políticas vigentes e a urgência de reconfigurações estruturais orientadas à justiça territorial.

Ao entrelaçar dimensões como o planejamento estratégico, os marcos jurídico-institucionais, as políticas de assistência e os indicadores de progresso humano, esta obra propõe uma leitura crítica da atuação do Estado na Região das Guianas. Nesse contexto, a fronteira deixa de ser mero traço cartográfico para se revelar como dobra do Estado - espaço de tensões, onde presença e omissão se entrelaçam, e onde os limites da racionalidade institucional revelam o dinamismo e as contradições das territorialidades fronteiriças.

Portanto, não se trata apenas de apresentar os ensaios que seguem, mas de propor uma virada de olhar. Que a leitura deste livro abra caminhos para reconhecer, para além das análises sobre políticas e territórios, os testemunhos de um esforço contínuo de produção de conhecimento fronteiriço - onde o Brasil se revela com maior nitidez, onde os conflitos se acirram e o território permanece em disputa.

Porque pensar a fronteira é, também, pensar o Estado em suas camadas mais profundas. Porque escutar seus silêncios é um gesto de reparação epistêmica, de reconhecimento de corpos, vozes e cosmovisões historicamente invisibilizadas. E porque registrar, com rigor e afeto é, antes de tudo, um ato político de resistência, de memória e de reinvenção do comum.

Jardim, Mato Grosso do Sul, Julho de 2025.

Cristiane Dambrós

Doutora em Geografia; Pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Colaboradora do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, técnico - Embrapa Agricultura Digital; Pesquisadora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Apresentação

As fronteiras e o seu significado político, económico, social e cultural, por vezes também natural e ambiental, são hoje um dos temas mais interessantes de estudo geográfico, pelo que significam quando são percebidas como linhas que, com maior ou menor permeabilidade, se querem rigorosas e bem marcadas no terreno e nos mapas, ou quando se sentem a funcionar como espaços de interação política e económica, quer dizer quando são entendidas como zonas, espaços ou mesmo territórios de cooperação, socialização cultural e religiosa, e até de cumplicidade face aos poderes centrais de um e de outro lado.

Mais raramente as fronteiras e os seus territórios são também, por vezes, espaços de conflito político, militar, cultural e religioso. As fronteiras, aparentemente criadas para separar, para dividir, para “reinar” de um ou de outro lado ou dos dois, justificam quase sempre, áreas que funcionam de modo peculiar e que adquirem vida própria e adequada à sua condição de espaços que limitam soberanias, mas que são, ao mesmo tempo, espaços esquecidos pelo poder político e económico, verdadeiros espaços periféricos, o que justifica muitas vezes processos de cooperação mais formais ou informais entre povos distintos mas unidos por uma Geografia que os aprisiona, no sentido do Tim Marshal, ou, pelo menos, de que a Geografia se vinga, nas palavras titulares de Robert Kaplan.

As fronteiras são, por tudo isto, um dos objetos específicos e mais interessantes para o trabalhar em Geografia e por isso este trabalho de Jadson Porto, sobre a ***Região das Guianas brasileira: ensaios sobre uma espacialidade fronteira***, é tão interessante e tão importante.

Trata-se de um livro curto mas de grande densidade teórica e informativa e os seus quatro capítulos, fortemente articulados entre si, permitem traçar uma perspectiva sintética e rigorosa das relações territoriais muito particulares de uma das regiões ou espaços fronteiriços do Brasil, aquele que na definição do Autor abarca 52 municípios do Norte do Brasil, que integram totalmente os Estados de Roraima e do Amapá e, parcialmente, nos seus sectores setentrionais, os Estados do Amazonas e do Pará.

O primeiro texto, *20 anos do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira brasileiro (2005-2025): um ensaio* contextualiza no tempo e, de certo modo, também no espaço, a(s) faixa(s) fronteira(s) brasileiras, que podem atingir uma largura de até 150km e que integram, no conjunto do país, 588 municípios. Estas faixas apresentam problemas de desenvolvimento significativamente diversos e têm sido sujeitas a

programas, propostas e ações que pretendem promover políticas e usos de ordenamento territorial e de ajustamento espacial, capazes de integrar, capacitar infraestruturalmente e desenvolver estes espaços fronteiriços, colocando-os em lugar de relevo no contexto nacional. O Autor chama a atenção para o papel das Universidades e da comunidade académica neste trabalho de apoio científico ao desenvolvimento e ordenamento territorial da faixa fronteira.

O texto número dois tem como título *Atos e ações para organizações e configurações da Faixa de Fronteira Brasileira (1854-2024)* e baseia-se num inventário rigoroso de atos e ações estabelecidas para organizações e configurações da faixa de fronteira brasileira, entre 1854 e 2004. Como síntese, o Autor afirma claramente que, com estes atos e ações, a fronteira ficou mais visível e acessível às políticas públicas e territoriais (trans)fronteiriças, bem como mais conhecida. Pôr a faixa de fronteira brasileira no mapa parece mais importante do que marcar nele a linha simples que separa os países. A fronteira, enquanto zona, ganha significado em relação à fronteira linear.

O terceiro estudo do autor procura entender “*A magnitude do Estado na Região das Guianas Brasileira: ensaios sobre o Programa Bolsa Família (2016-2024)*”. O Autor ainda que consciente de que este tipo de programas “complementa as relações de poder estatal, a exemplo da materialidade das ações do Estado em obras públicas, em políticas territoriais e na implantação de espaços de restrições de uso do território”, utiliza estes valores para justificar esforços, tentativas e medidas do poder central face a estas áreas deprimidas que necessitam de compensação. Como referimos já, as áreas de fronteira assumem quase sempre, nos respetivos países, um caráter de periferia económica, infraestrutural, social e, por vezes, mesmo cultural. O Brasil e, particularmente, esta faixa fronteira Norte, não serão exceção! Assim, o estudo do Autor revela claramente a importância de um dos instrumentos de gestão política, o Programa Bolsa Família na mitigação dos problemas económicos e das desigualdades sociais desta região periférica. Os dados mostram diferenças entre municípios, como é o caso de dois municípios amapaenses com mais de 84% da população a receber este apoio, que se contrapõem aos valores dos principais municípios urbanos (de Roraima, Amapá e Amazonas) que apresentam valores inferiores a 38,5%, o valor médio desta faixa de fronteira brasileira, fortemente deslocado para baixo

pela importância demográfica dos municípios urbanos, aparentemente menos necessitados.

O quarto texto deste livro trata o *Progresso social na Região das Guianas Brasileira: ensaios de desempenho territorial*, em que, com base no comportamento do Índice de Progresso Social a nível municipal, se procura perceber qual o ponto de situação económica e social das populações desta faixa fronteiriça. O Índice de Progresso Social, que procura ir mais além que as “simples” questões de economia, vistas através do PIB, é revelador da insuficiência dos projetos e das medidas já implementadas e aponta claramente no mesmo sentido que os apoios do poder central através do programa Bolsa Família. De facto numa análise muito simples regista-se uma quase sobreposição dos nomes dos municípios com mais apoios a nível do Programa Bolsa Família com aqueles em que o Índice de Progresso Social é mais baixo, sendo a situação inversa também verdadeira e muito reveladora do significado do viver urbano e do viver rural no Brasil.

A propósito desta significativa diferenciação social no espaço heterogéneo de uma faixa fronteiriça em manifesta evolução, quase poderíamos dizer “em acentuado movimento” do ponto de vista ambiental, territorial e social, o mapa, enquanto instrumento de reflexão geográfica, é fundamental na apreciação e até mesmo na justificação dos resultados conseguidos através de uma sempre trabalhosa recolha e tratamento de informação estatística. Tem particular interesse o mapa da figura 3 que mostra exatamente a distribuição do Índice de Progresso Social para o conjunto dos municípios brasileiros. Nele estão claramente presentes os significados sociais das faixas fronteiriças internacionais, mas também outras faixas (outras fronteiras?) internas, cujo significado não faz parte deste trabalho, mas para o qual o mapa não deixa de chamar a atenção e de pedir uma reflexão.

Em breve síntese, penso tratar-se de um livro bem construído, rigoroso e que será muito útil no conhecimento de uma área que, apesar de todo o trabalho das autoridades nacionais e locais, parece ainda sofrer de algum esquecimento no conjunto do país. Perdoem-me a ousadia de escrever assim... Não sou brasileiro, não vivo no Brasil e muito menos tenho a pretensão de conhecer este grande e magnífico país. Mas, o trabalho de Jadson Porto acerca da Região das Guianas Brasileira ajudou-me a ler e a compreender melhor este pedaço do todo brasileiro que, pela sua posição geográfica específica, revela particularidades, fragilidades e

vulnerabilidades de diferentes tipos, mas também mostra riquezas e potencialidades de desenvolvimento que seguramente virão a ser exploradas nos caminhos de um futuro próximo.

Coimbra, agosto de 2025

Lúcio Cunha

Geógrafo. Professor Emérito da Universidade de Coimbra.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
20 ANOS DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRO (2005-2025): UM ENSAIO DOI: 10.13140/RG.2.2.16682.73922	16
ATOS E AÇÕES PARA ORGANIZAÇÕES E CONFIGURAÇÕES DA FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA (1854-2024) DOI: 10.13140/RG.2.2.20793.48481	23
A MAGNITUDE DO ESTADO NA REGIÃO DAS GUIANAS BRASILEIRA: ENSAIOS SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (2016-2024) DOI: 10.13140/RG.2.2.33867.71209.	30
PROGRESSO SOCIAL NA REGIÃO DAS GUIANAS BRASILEIRA: ENSAIOS DE DESEMPENHO TERRITORIAL DOI: 10.13140/RG.2.2.27931.78883	41
SOBRE O AUTOR	54

Introdução

Esta obra é fruto de investimentos investigativos dos Grupos de Pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento (Potedes) e do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (Nesur) da Universidade Federal do Amapá, inseridos nos cursos de graduação de Relações Internacionais e de Arquitetura e Urbanismo, bem como dos Programas de Pós-Graduação Estudos Fronteiriços e Desenvolvimento da Amazônia Sustentável.

Sua construção inicia como parte de um programa de atos acadêmicos executados pelo Projeto *Front-Guianas: Fronteiras da Amazônia Caribenha: Resiliência, Oportunidades e Natureza Transfronteiriça nas cidades gêmeas da Região das Guianas* (chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 10/2023 – Universal) e do Projeto *Frontguy: Interações espaciais transfronteiriças na Região das Guianas: Acionalidades, usos e funções territoriais* (Edital Programa de Redução de Assimetrias na Pós-Graduação, PRAPG - Edital n° 14/2023 – DRI/Capes), no Programa de Pós-graduação Planificación e Xestion Territorial, no Instituto de Estudos e Desenvolvimento de Galícia, Universidade de Santiago de Compostela (Idega), na Universidade de Santiago de Compostela, Espanha, com uma bolsa de pesquisador-visitante.

Enquanto eram executadas as atividades de imersão acadêmica no Idega/USC, sob a supervisão do Dr. Ruben Camilo Lois Gonzalez (USC) e o Dr. Roberto do Carmo (Nepo/Unicamp), que atuou como meu co-supervisor, várias provocações por eles expostas vieram à tona em nossos diálogos, originando os ensaios aqui expostos.

Gradativamente informações geográficas, políticas econômicas, históricas, ambientais e culturais vem se ampliando sobre a Região das Guianas, resultados de ações investigativas fomentadas nas instituições de pesquisa e de ensino superior (em trabalhos de conclusão de curso de graduação e/ou de pós-graduação). Contudo, muito há para se avançar nas construções do conhecimento desta região. Embora sejam tardios os resultados apresentados dos levantamentos investigativos sobre esta Região, tais conhecimentos não são atrasados e nem obsoletos. São registros primários, são originais.

À medida que esta espacialidade vai se inserindo no sistema-mundo, na política-mundo e na ecologia-mundo, ela apresenta a sua identidade, suas especificidades e suas acionalidades.

O objeto desta obra é a Região das Guianas Brasileira, envolvendo um palimpsesto territorial que perpassa pela espacialidade da totalidade dos ex-Territórios Federais do Amapá e Roraima (com 80 anos de

existência); do Programa Calha Norte (com 40 anos de existência); do Programa de Desenvolvimento Faixa de Fronteira (com 20 anos de existência); as zonas-tampão gerenciados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Icmbio) e pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e; a parcialidade dos estados do Pará (com cerca de 410 anos de existência e do Amazonas (175 anos).

As reflexões ensaísticas aqui expostas possuem uma temporalidade entre 1970-2025 na margem esquerda do rio Amazonas. A opção da temporalidade pós-1970 é devido aos resultados iniciados de investimentos em políticas territoriais na década anterior começam a mostrar seus resultados mais estruturantes, para além de sua materialidade física. Novos e outros dinamismos e impactos sociais foram se evidenciando; novas infraestruturas foram instaladas; novos municípios foram criados; novos usos do território foram estabelecidos; outras gerações de conhecimento foram registradas pelas suas (novas) instituições de ensino superior e de pesquisa. Enfim, aquela margem esquerda vai se tornando cada vez mais inserida e acionada pelas economias locais, regionais, nacional e mundo.

Como os temas abordados pelos ensaios aqui expostos tangenciam investigações pelos Projetos *Front-Guianas* e *Frontguy* acima expostos, e que não são focos de suas agendas de pesquisa, à medida que foram acessadas informações sobre a Região das Guianas Brasileira e indicadores foram sendo disponibilizados, a exemplo do Índice de Progresso Social, organizaram-se algumas ideias expostas nos ensaios aqui apresentados, avolumando reflexões, complementando informações e dialogando para se estimular novos debates.

Então, os textos foram salvos em arquivos para posterior aprofundamento.

Considerando que um *ensaio* aborda um tema sem a pretensão de esgotá-lo, mas intenciona registrar e provocar novos debates, novas reflexões em encontros acadêmicos para gerar e expandir novos conhecimentos ou, até mesmo, refutá-lo, as ideias aqui apresentadas seguem essas premissas. Neste rumo, os *ensaios* aqui expostos são resultantes de algumas das conversas executadas com investigadores no Brasil e na Espanha, que incitaram a executar o registro dos levantamentos feitos.

Assim, esta obra é assim composta:

O primeiro texto expõe, sumamente, sobre duas décadas do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira brasileira, período este que permitiu a ocorrência de muitas mudanças no ritmo e diretrizes da economia e uso do território brasileiros, notadamente na fronteira.

O segundo resgata os principais atos e ações efetivados para materializações das organizações e configurações da Faixa de Fronteira brasileira.

O terceiro relaciona sinteticamente a participação do Programa Bolsa Família na espacialidade da Região das Guianas Brasileira, como alternativa de se perceber a *magnitude do Estado*.

O quarto expõe, concisamente, o comportamento do Índice de Progresso Social nos municípios inseridos na *Região das Guianas Brasileira*.

20 ANOS DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRO (2005-2025): UM ENSAIO

Este texto visa expor, mui brevemente, sobre duas décadas do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira brasileira (PDFF), período este que permitiu a ocorrência de muitas mudanças no ritmo e diretrizes da economia e uso do território brasileiros, notadamente na fronteira. Para poder atender a este objetivo, tem-se por questão orientadora: Quais são as primeiras impressões de duas décadas da política territorial brasileiro Programa de Desenvolvimento Faixa de Fronteira?

Em 2005, foi elaborado uma **Proposta de reestruturação** do Programa de Desenvolvimento Faixa de Fronteira (Destaque nosso). Segundo Brasil (2005, p. 14), esta Proposta ,

nasceu de uma avaliação negativa por parte da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional (2003-2007) sobre os fundamentos e a funcionalidade do Programa Social da Faixa de Fronteira (1999-2002). Os recursos destinados ao Programa foram dispersos em uma série de pequenas obras e ações pontuais, por iniciativas do Poder Legislativo, sem diretrizes claras e sem consideração das diferenças sub-regionais da Faixa em termos de desenvolvimento econômico e cidadania fronteiriça.

Com a base metodológica, quatro anos depois outras reflexões e levantamentos efetuados nos estudos acima. Assim, o PDFF foi revisto e expresso em sua nova identidade e objetivos. Redenominado como Programa de **Promoção** do Desenvolvimento Faixa de Fronteira (Destaque nosso), apresenta como objetivo principal

o desenvolvimento da Faixa de Fronteira por meio de sua estruturação física, social e produtiva, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros países da América do Sul (Brasil, 2009, p. 12).

Assim, segundo Brasil (*Op. Cit.*, p. 50), reorientação estratégica para a Faixa de Fronteira (...) *responde ao desafio específico de promover a integração de uma região altamente complexa em suas relações com os países vizinhos.*

O Brasil faz fronteira com 10 países da América do Sul e busca

a ocupação e utilização da Faixa de Fronteira de forma compatível com a sua importância territorial estratégica. A Faixa de Fronteira interna do Brasil foi ampliada de 60 km (Constituições Federais de 1934; 1937; 1946) até 150 km de largura (Lei 6.634, de 2/5/1979) ao longo de 15.719 km da fronteira terrestre brasileira, que abrange 11 unidades da Federação e 588 municípios¹, cuja justificativa para a demarcação dessa faixa foi assentada na preocupação com a segurança nacional; a baixa densidade demográfica, a vocação “atlântica” do país, as grandes distâncias e às dificuldades de comunicação com os principais centros decisórios, entre outros (Brasil, 2005).

Segundo Brasil (*Op.cit.*, p. 8), o objetivo do Programa de Desenvolvimento Faixa de Fronteira (PDFF) brasileiro foi para

(...) definir uma agenda global de diretrizes, estratégias e instrumentos de ação destinados à Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. A agenda tem como linhas condutoras o desenvolvimento econômico regional e a promoção da cidadania dos povos da fronteira, num momento em si estratégico de fortalecimento da integração sul-americana, como assumido pelo Governo Federal no Plano Brasil de Todos.

Não existe nenhum estudo semelhante ao aqui proposto. Da parceria entre a Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional¹ e a Universidade Federal do Rio de Janeiro resultou a iniciativa pioneira de sistematização e análise de informações concernentes à Faixa de Fronteira Internacional do Brasil, de modo a subsidiar políticas públicas em diversas escalas de ação governamental. Paralelamente, a proposição de indicadores econômicos e sociais pode subsidiar a iniciativa privada em futuras tomadas de decisão quanto à aplicação de investimentos, e as ações pela cidadania na região de fronteira.

O projeto de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira foi composto

¹ Segundo Bilandi (2022), os Estados que possuem mais municípios na faixa de fronteira brasileira são Rio Grande do Sul (194) e Paraná (139). Os que possuem menores quantitativos são Pará (5) e Amapá (8).

pela realização de quatro pesquisas visando conhecer a rica e complexa diversidade econômica e cultural da região. A primeira sobre a base produtiva e as identidades culturais regionais, a segunda sobre as interações com os países vizinhos, a terceira sobre as legislações direta ou indiretamente pertinentes ao território fronteiriço e, a quarta, com os agentes locais em duas áreas selecionadas, a Mesorregião do Alto Solimões no Amazonas, e o segmento de fronteira entre Brasil e Paraguai em Mato Grosso do Sul.

A partir de então, uma série de atividades para além de projetos, investimentos e políticas públicas infraestruturais foram consolidados e/ou construídos com os claros escopos de: efetivar a integração regional da dita periferia fronteiriça; geração de conhecimentos em novos programas de pós-graduação *stricto sensu* na e sobre a região fronteiriça brasileira, que adotaram em suas identidades acadêmicas focos na fronteira. O primeiro deles foi instalado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2008); na Universidade Federal de Roraima (2010); na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com foco em saúde (2015) e; na Universidade Federal do Amapá Mestrado (2017) e Doutorado (2025). Destaquem-se, também, os Programas da Universidade Latino Americana Estudos Latino Americanos (2013) e; Integração Contemporânea da América Latina (Mestrado, em 2014, e Doutorado, em 2023).

Além desses, vale ressaltar a instalação de vários Programas de Pós-graduação *stricto sensu* nos 11 estados integrantes da Faixa de Fronteira brasileira em Geografia, História, Relações Internacionais e em Desenvolvimento Regional, também tem efetuados pesquisas sobre a questão fronteiriça de seus respectivos territórios e vários desses programas foram instalados a partir de 2005, como ocorreram nos Estados dos Arcos Norte e Central.

A questão ambiental, cujas investigações e ações reproduzam movimentos políticos e sociais, como também discutam políticas ambientais, tiveram avanços em seus monitoramentos, bem como houve a ampliação de criações e instalações de unidades de conservação pós-2005, seja por criações dessas unidades como federais, seja como estaduais (exemplo da Estação Ecológica do Grão-Pará, em 2006, a maior Unidade de Conservação de Proteção Integral de Florestas Tropicais do planeta, com 42.458,19 km² e a Floresta Estadual do Amapá, em 2007) e de Terras Indígenas (ISA, 2023).

Considerando que alguns desses *espaços de restrição de uso do território* (Porto, 2020) já possuem mais de 30 anos, não houve o acompanhamento de pesquisas nessas áreas. Muitas vezes a precariedade dos investimentos, as suas dimensões territoriais, o reduzido quantitativo de funcionários de órgãos competentes para tais ações e a configuração porosa da fronteira permitiu a execução de atividades ilegais nessas espacialidades.

Quanto aos investimentos de políticas públicas na faixa de fronteira, destacam-se dois: O Programa Calha Norte, sob a responsabilidade do Ministério da Defesa, é a principal ação de política territorial no Arco Norte do PDFF; e o Plano de Aceleração de Crescimento (2007), com instalação de obras de infraestrutura.

Outros dois fatores, também, têm que ser considerados e que possuem poucas pesquisas sobre o assunto: A inserção da Venezuela (2012) e da Bolívia (2024) no Mercosul. Esta nova configuração territorial exige infraestruturas de integração territorial, principalmente ao dialogar com as intenções da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)².

O IBGE (2022), por sua vez, ao apresentar um levantamento estatístico e elaborar uma série de cartografias sobre os limites municipais e as posições das sedes dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira, indica que esta Faixa é um arranjo espacial extremamente relevante sob o aspecto de viabilizar a divulgação de informações estatísticas e geocientíficas de apoio aos Municípios compreendidos nesta espacialidade da linde brasileira.

Quase vinte anos depois do lançamento do PDFF, a obra acima citada apresenta uma série de dados que visa

apoiar aos estudos para o desenvolvimento de novas políticas públicas específicas sobre os eixos do desenvolvimento econômico, segurança, defesa, infraestrutura e questões sociais, uso do solo, ambientais e integração regional e sustentável em consequência do crescimento de aglomerações urbanas e rurais na Faixa de Fronteira, principalmente, ao identificar as unidades político-administrativas do

² Vide <https://www.iirsa.org/>.

Brasil que estão sob as regras de segurança nacional, em especial, no tocante a obras públicas de engenharia civil, aquisição ou arrendamento de terras por pessoa física ou jurídica estrangeira nestas áreas, concessões especiais de terras e serviços, exploração econômica e auxílio financeiro do governo federal, além de subsidiar acordos bi e multilaterais, para o aperfeiçoamento das relações com os países vizinhos na zona de fronteira.

Em 2024, foi lançado o Programa Fronteira **Integrada** (PFI)³, (Destaque nosso) cujo objetivo é de

incentivar o desenvolvimento econômico, social e produtivo no território da faixa de fronteira, por meio da cooperação entre os países vizinhos, visando à criação de oportunidades que resultem em atração de investimento, crescimento econômico, inovação, redução das assimetrias e desigualdades, geração de trabalho e renda por meio de planos, programas e projetos de desenvolvimento regional sustentável que beneficiem as populações localizadas nas regiões de fronteira (Brasil, 2024).

Nesses 20 anos de existência do políticas públicas destinadas à Faixa de Fronteira, seja para sua reestruturação (2005), sua promoção (2009) ou sua integração (2024), além do reconhecimento que mudanças ocorreram nas acionalidades da linde, também houve muita mudança no ritmo e diretrizes da economia e uso do território brasileiro. Ampliando-se as visibilidades, as materialidades e as potencialidades daquela Faixa cada vez mais articulada com os cenários políticos, econômico, urnabo e ambiental nacional.

Ao se identificar 588 municípios na Faixa de Fronteira, efetivamente sugere-se uma outra regionalização brasileira, com outros usos do território, com ajustes espaciais, em que a transfronteirização é a inte(g)ração imediata e necessária, principalmente com a entrada da Venezuela e da Bolívia no Mercosul.

Esta provocação para pesquisas futuras pode ser estimulada para se investigar, analisar e compreender os avanços, os retrocessos, as

³ Vide: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/programa-fronteira-integrada-pfi>.

transformações e as permanências que ocorreram na Faixa de Fronteira brasileira. Ações essas que serão em breve analisadas.

REFERÊNCIAS

BELANDI, C. **IBGE divulga atualização de recortes territoriais legais do país**. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34358-ibge-divulga-atualizacao-de-recortes-territoriais-legais-do-pais>.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. Portaria nº 2.413, de 09 de julho de 2024. **Estabelece o Programa Fronteira Integrada (PFI), como estratégia de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no âmbito do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR)**. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=27&data=10/07/2024&captchafield=firstAccess#:~:text=GA BINETE%20DO%20MINISTRO.%20PORTARIA%20No%202.413,%20DE%209%20DE%20JULHO>.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. **Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Secretaria de Programas Regionais, 2009. Disponível em: https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/473_1.pdf#:~:text=Programa%20tem%20como%20objetivo%20principal%20promover%20o%20desenvolvimento,articulo%20C3%A7%C3%A3o%20com%20outros%20pa%C3%ADses%20da%20Am%C3%A9rica%20do%20Sul.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/desenvolvimento-regional-urbano/Introduoeantecedentes.pdf>.

IBGE, Instituto de Geografia e Estatística. **Municípios da Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas**. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de>

fronteira.html?=&t=sobre.

ISA, Instituto Sócio-Ambiental. **Governo federal anuncia homologação de seis Terras Indígenas; em um dos casos, tempo de espera chegou a 24 anos.** ISA, 2023. Disponível em: <https://www.terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/219605>.

PORTO, J. L. R. **Desenvolvimento geográfico desigual da Faixa de Fronteira da Amazônia Setentrional brasileira: reformas da condição fronteiriça amapaense (1943- 2013).** Maringá: Uniedusul, 2020.

ATOS E AÇÕES PARA ORGANIZAÇÕES E CONFIGURAÇÕES DA FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA (1854-2024)

Este ensaio visa resgatar os principais atos e ações efetivados para materializações das organizações e configurações da Faixa de Fronteira brasileira. Os levantamentos efetuados não priorizaram as questões territoriais particulares e locais, por mais que possuam suas influências e impactos na soberania nacional.

Segundo Brasil (2005) a Faixa de Fronteira interna do Brasil com os países vizinhos foi estabelecida em 150 km de largura (Lei 6.634/1979), paralela à linha divisória terrestre do território nacional. Essa faixa ocupa uma área de 2.615.118,17 km² do território brasileiro, possui uma população de 9.416.714 habitantes (IBGE, 2022) em seus 588 municípios. Há dois grupos de municípios na Faixa: os lindeiros e os não-lindeiros. Esta Faixa inexistia nos países integrantes da região das Guianas.

Desde meados do século XIX e o século XX inteiro, as institucionalidades se assentavam em diplomas legais, a fim de materializar regulamentações sobre os usos de seus territórios (Quadro 1).

Quadro 1 - Atos e ações para organizações e configurações da faixa de fronteira brasileira (1854-2004) (Continua).

ATOS E AÇÕES	ANO	FONTE
Terras devolutas situadas nos limites do Império com Países estrangeiros	1854	Artigos 82 a 86 do Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854.
Instalação do Território Federal do Acre	1904	Decreto Legislativo nº 1.181, de 25 de fevereiro; Decreto nº 5.183, de 7 de abril de 1904.
Conselho de Defesa Nacional	1927	Decreto nº 17.999, de 29 de novembro de 1927.
Conselho Superior de Segurança Nacional	1934	Decreto nº 23.873 de 15 de Fevereiro de 1934.
Conselho Superior de Segurança Nacional - Adiciona a Comissão Especial da Faixa de Fronteira	1937	https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/conselho-de-seguranca-nacional-brasil
Concessões de terras e vias de comunicação na faixa da fronteira	1939	Decreto-Lei nº 1.164, de 18 de março de 1939.

Elaboração: Jadson Porto (2025).

Quadro 1 - Atos e ações para organizações e configurações da faixa de fronteira brasileira (1854-2004) (Conclusão).

ATOS E AÇÕES	ANO	FONTE
Domínio da União na faixa de fronteira de 30 km	1940	Decreto-Lei nº 1.968, de 17 de janeiro de 1940.
Instalação de Territórios Federais (Amapá; Guaporé; Rio Branco; Ponta Porã; Iguaçu)	1943	Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943.
Domínio da União na faixa de fronteira de 66 km	1944	Decreto-Lei nº 6.781, de 15 de setembro de 1944.
Dispõe sobre os bens imóveis da União	1946	Decreto-Lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946.
Conselho de Segurança Nacional	1946 1970	Decreto- Lei nº 9.775, de 06 de setembro de 1946; Decreto- Lei nº 1.135, de 03 de dezembro de 1970.
Extinção dos Territórios Federais de Ponta Porã e Iguaçu	1946	Constituição de 1946.
Zonas indispensáveis à defesa do Brasil	1955	Lei nº 2.597, de 12 de setembro de 1955.
Estadualização do Território Federal do Acre	1962	Lei nº 4.070, de 15 de julho de 1962.
Regulamentação dos Territórios Federais	1969	Decreto- Lei nº 411, de 8 de janeiro de 1969.
Tratado de Cooperação da Amazônia	1978	https://otca.org/pt/quem-somos/
Faixa de Fronteira	1979	Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979
Estadualização do Território Federal de Rondônia (Ex-Guaporé)	1981	Lei Complementar nº 041, de 22 de dezembro de 1981.
Declaração de Iguaçu	1985	https://core.ac.uk/download/517338694.pdf
Programa Calha Norte	1985 2011 2018	https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/programas-sociais/copy_of_programa-calha-norte/programa-calha-norte
Plano de Integração e Cooperação Econômica (PICE)	1986	https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/13337/2/RB%2003%20O%20Processo%20de%20Integracao%20C3%A7%20C3%A3o%20no%20Mercosul_P_BD.pdf
Tratado de Integração e Cooperação Econômica	1988	https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoes/ eventos/livros.html/legislacaotextosbasicos.html/tratadointegracao.html
Estadualização dos Territórios Federais do Amapá e Roraima (Ex-Rio Branco)	1988	Constituição de 1988.
Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia	1998	https://otca.org/pt/quem-somos/

Elaboração: Jadson Porto (2025).

Segundo Brasil (2005, p. 14), o PDFF *nasceu de uma avaliação negativa por parte da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional*

(2003-2007) sobre os fundamentos e a funcionalidade do Programa Social da Faixa de Fronteira (1999-2002), cujos recursos eram dispersos em uma série de pequenas obras e ações pontuais, por iniciativas do Poder Legislativo, sem diretrizes claras e sem consideração das diferenças sub-regionais da Faixa em termos de desenvolvimento econômico e cidadania fronteiriça. Tais configurações mostraram-se fundamentais para reestruturar o Programa em seu fundamento territorial e estratégico.

Em 2025, o Programa Desenvolvimento Faixa de Fronteira (PDFF) brasileiro completa 20 anos. Período este que permitiu a ocorrência de muitas mudanças no ritmo e diretrizes da economia e uso do território brasileiros, notadamente na fronteira, bem como uma série de atos e ações institucionalizadas para novos usos e organizações do território monitorados por órgãos gestores da fronteira (Quadro 2), no primeiro quartil do século XXI.

Quadro 2 - Atos e ações para organizações e configurações da faixa de fronteira brasileira (2000-2024) (Continua).

ATOS E AÇÕES	ANO	FONTE
Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA)	2000	https://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItemId=28
Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem)	2004	https://www.mercosur.int/pt-br/temas/focem/#:~:text=O%20Fundo%20para%20a%20Converg%C3%Aancia%20Estrutural%20do%20MERCOSUL,tem%20como%20objetivo%20reduzir%20as%20assimetrias%20do%20bloco.
Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT)	2004	https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/politica-nacional-de-ordenamento-territorial
Proposta de Reestruturação do Programa Desenvolvimento Faixa de Fronteira (PDFF)	2005	https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/desenvolvimento-regional-urbano/Introduoeantecedentes.pdf
Política Nacional de Defesa Nacional	2005	Decreto nº 5.484, de 30 de julho de 2005.
Documento base para Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) - Versão preliminar	2006	https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/pcdr/analises-estrategicas-de-desenvolvimento-regional-e-territorial/documento-tecnico-politica-nacional-de-ordenacao-do-territorio-pnot-2006.pdf

Elaboração: Jadson Porto (2025).

Quadro 2 - Atos e ações para organizações e configurações da faixa de fronteira brasileira (2000-2024) (Continua).

ATOS E AÇÕES	ANO	FONTE
Estratégia Nacional de Defesa	2008	Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm
Plano Amazônia Sustentável (PAS)	2008	https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/pcdr/planos-de-desenvolvimento-regionais-e-estaduais/plano-plano-amazonia-sustentavel-2004.pdf
União das Nações Sul Americanas (Unasul)	2008	https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/relacoes_internacionais/unasul/normativaa_unasula_2017.pdf
Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOI)	2008	https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24566.htm
Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan)	2009	https://iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documentos/II_COSIPLAN_2011_PROPOSTA_GT_%20Financiamento_e_Garantias_port_v211111.pdf#:~:text=O%20Conselho%20Sul-Americano%20de%20Infraestrutura%20e%20Planejamento%20%28COSIPLAN%29,estrat%C3%A9gica%20sobre%20a%20integra%C3%A7%C3%A3o%20da%20infraestrutura%20f%C3%ADsica%20regional.
Programa de Promoção do Desenvolvimento Faixa de Fronteira	2009	https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/473_1.pdf#:~:text=Programa%20em%20como%20objetivo%20principal%20promover%20o%20desenvolvimento,articula%C3%A7%C3%A3o%20com%20outros%20pa%C3%ADses%20da%20Am%C3%A9rica%20do%20Sul.
Bases para uma Proposta de Desenvolvimento e Integração na Faixa de Fronteira	2010	https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/Arquivos/SNPU/Biblioteca/publicacoes/BasesFaixaDefronteira.pdf
Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF	2010	https://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-2010_60496.html
	2019	https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/programa-fronteira-integrada-pfi/marco-legal/decreto-no-9-961-de-8-de-agosto-de-2019
Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (FRIF)	2011 2013	https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/fundos-regionais-e-incentivos-fiscais#:~:text=Os%20incentivos%20fiscais%20s%C3%A3o%20instrumentos%20da%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,renda%20e%20estimular%20o%20desenvolvimento%20econ%C3%B4mico%20e%20social.
Plano Estratégico de Fronteiras	2011	Decreto nº 7.496, de 8 de julho de 2011/2011
Núcleos Estaduais de Fronteira	2011	https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/programa-fronteira-integrada-pfi/nucleos-estaduais-de-fronteira/manual-para-os-nucleos-estaduais-de-fronteira.pdf

Elaboração: Jadson Porto (2025).

Quadro 2 - Atos e ações para organizações e configurações da faixa de fronteira brasileira (2005-2024) (Continua).

ATOS E AÇÕES	ANO	FONTE
Operação Ágata	2011	https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas/operacao-agata-1/arquivos/resumo_e_resultados_operacao_agata_base_p_ara_arquivo_do_site_md_atzd_01_02_24.pdf
Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron)	2012	https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2666/1/sumario-executivo_final.pdf
Estratégia Nacional de Defesa	2012	https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa
Política Nacional de Defesa	2012	https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa
Cidades-Gêmeas	2014 2016 2021	Portaria MI nº 125, de 21 de março de 2014; Portaria MI nº 213, de 19 de julho de /2016; Portaria MI nº 2.507, de 05 de outubro de 2021.
Segurança Pública nas Fronteiras	2016	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes/pagina-3/sumario-executivo_final.pdf
Programa de Proteção Integrada de Fronteiras	2016	Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016
Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa	2016	Decreto Legislativo nº 179, de 14 de dezembro de 2018.
Reunião Ministerial do Cone Sul sobre Segurança nas Fronteiras	2016	https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-brasilia-reuniao-ministerial-do-cone-sul-sobre-seguranca-nas-fronteiras-brasilia-16-de-novembro-de-2016
Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) (2016/2019)	2016	https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/pcdr/planos-de-desenvolvimento-regionais-e-estaduais/plano-plano-regional-de-desenvolvimento-da-amazonia-prda-2016-2019.pdf
Consolidação dos Planos de Desenvolvimento e Integração das Faixas de Fronteira	2017	https://repositorio.uca.int/server/api/core/bitstreams/1d20482fa289-49f0-9c94-78d17fafde2f/content
Agendas para o Desenvolvimento das Macrorregiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - Subsídios para elaboração do PPA 2020-2023	2018	https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/pcdr/analises-estrategicas-de-desenvolvimento-regional-e-territorial/agendas-para-o-desenvolvimento-das-macrorregioes.pdf
Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)	2019	Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019.
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (2020/2031)	2020	Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020.
Regime aduaneiro especial de loja franca	2022	http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/li nk.action?idAto=123368#:~:text=Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20RFB%20n%C2%BA%202075,%20de%2023

Elaboração: Jadson Porto (2025).

Quadro 2 - Atos e ações para organizações e configurações da faixa de fronteira brasileira (2000-2024) (Continua).

ATOS E AÇÕES	ANO	FONTE
Transferência do PCN para o MIDR	2024	https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/programas-sociais/copy_of_programa-calha-norte/programa-calha-norte
Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) (2024/2027)	2024	https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/planos-de-desenvolvimento/PRDA2427_.pdf
Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR II	2024	Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024
Política Nacional de Fronteiras e o Comitê Nacional de Fronteiras (PNFron e CNFron)	2024	Decreto nº 12.038, de 29 de maio de 2024.
Programa Fronteiras Integradas	2024	https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/programa-fronteira-integrada-pfi

Elaboração: Jadson Porto (2025).

Para Porto (2025), a partir de então, foram consolidados e/ou construídos uma série de atividades para além de projetos, investimentos e políticas públicas infraestruturais, com os claros escopos de: efetivar a integração regional da dita periferia fronteiriça; inserção de políticas ambientais e demarcação de terras indígenas; geração de conhecimentos por grupos de pesquisa⁴ e em novos programas de pós-graduação *stricto sensu* na e sobre a região fronteiriça brasileira, que adotaram em suas identidades acadêmicas focos na fronteira.

Após a elaboração do Programa Desenvolvimento Faixa de Fronteira brasileiro (2005), novas diretrizes para as (re)organizações e (re)configurações territoriais da espacialidade lindeira foram elaboradas,

⁴ Dentre os vários grupos de pesquisa brasileiros que se debruçam em investigações sobre a fronteira brasileira, destacam-se: o Retis (http://www.retis.igeo.ufrj.br/conteudo/producao/dissertacoes_e_teses/); Unbral - Fronteiras - Portal de acesso aberto das universidades brasileiras sobre limites e fronteiras (<https://www.ufrgs.br/unbralfronteiras/>); IDESF - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (<https://www.idesf.org.br/quem-somos/>) e; o Potedes - Políticas Territoriais e Desenvolvimento (<https://www2.unifap.br/potedes/>). Vide a magnífica entrevista com a Prof^a. Lia Osório ao IDESF, disponível em: https://youtu.be/xpIZ_LNmWn4?si=hq0GMmqWUIk8zkLB.

pois tornou-se mais interada, articulada e acionada em diversas diretrizes de políticas territoriais, urbanas, sociais e ambientais. A fronteira ficou mais visível e acessível às políticas públicas e territoriais (trans)fronteiriças, bem como, mais conhecida.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

PORTO, J. **20 anos ao Programa de Desenvolvimento Faixa de Fronteira Brasileiro (2005-2025): Um Ensaio**. Santiago de Compostela: IDEGA/USC, 2025. Datil. Paper de atividade de pesquisa como Professor-Visitante no Instituto de Estudos e Desenvolvimento de Galícia, Universidade de Santiago de Compostela (IDEGA/USC).

A MAGNITUDE DO ESTADO NA REGIÃO DAS GUIANAS BRASILEIRA: ENSAIOS SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (2016-2024)

INTRODUÇÃO

Este ensaio almeja relacionar a participação do Programa Bolsa Família (PBF) na espacialidade da Região das Guianas Brasileira (RGB), como alternativa de se perceber a *magnitude do Estado*.

Para atender a este objetivo, as questões orientadoras aqui estabelecidas são: como se comporta a *magnitude do Estado* na dinâmica territorial da Região das Guianas Brasileira? Como se comporta a participação dos beneficiários de incentivos públicos sociais, a exemplo do Programa Bolsa Família, Região das Guianas Brasileira?

Para a execução das análises abaixo, levantou-se inicialmente o quantitativo de beneficiários do PBF⁵ nos municípios da RGB. Em seguida, comparou-se tais dados com as informações demográficas apresentadas pelo IBGE, como população estimada.

A estrutura deste texto está assim formatada: A primeira seção, expõe breves reflexões sobre a *magnitude do Estado*; a segunda, apresenta a magnitude do estado e as configurações territoriais da RGB s; na terceira, exhibe os índices do Programa Bolsa Família na espacialidade aqui estabelecida.

A MAGNITUDE DO ESTADO: A MATERIALIDADE EM UMA ESPACIALIDADE

Chelala (2008, p. 29), ao resgatar a concepção etimológica da palavra *magnitude*, identifica que é associada a algo que denota *grandeza, importância*. O autor também expõe a atuação do Estado, que *pode ser vista sob uma abordagem de sua existência física (de seu próprio aparato institucional) ou pela forma de sua intervenção na sócio-economia* (Op. cit., pág. 29). Ainda para o autor (Op. cit., p. 156), a expressão *magnitude* pode levar a duas categorias de análise: a) relação

⁵ Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br>.

à sua estrutura, ao seu aparato burocrático e; b) relação ao seu nível de intervenção na sócio-economia.

Chelala (*Op.cit.*, p. 117), ao elaborar sua metodologia para identificar o *Índice de Magnitude do Estado* (IME), definiu oito indicadores de presença do Estado na sócio-economia de um Estado, ei-las: Participação percentual da Administração Pública no PIB da unidade da federação; Quantidade proporcional de servidores públicos na unidade da federação; Valor dos salários e outras remunerações destinadas ao servidor público em relação ao valor global de salários e outras remunerações da unidade da federação; Despesa Total do setor público em relação à população da unidade da federação (Gasto público *per capita*); Carga tributária da unidade da federação; População residente na unidade da federação em relação à quantidade de estabelecimentos econômicos privados na mesma área geográfica; Arrecadação do ICMS em relação à receita total do Estado e; Consumo de energia elétrica das principais classes de consumidores em relação ao consumo global de energia elétrica da unidade da federação.

Doze anos depois, o autor resgata suas reflexões e assim conclui sobre a *Magnitude do Estado* na sócio-economia amapaense (Chelala, 2020, p. 103-104):

a magnitude do Estado na sua economia, não é decorrente de um suposto gigantismo estatal, mas da incipiência da iniciativa privada local, cenário construído pela própria trajetória histórica da formação econômica e social do estado. Transformar esta realidade é o principal desafio a ser enfrentado pelo Amapá.

Por mais que o economista Charles Chelala enfatize as dinâmicas econômicas para as suas reflexões, Porto (2020), por sua vez, sugere que a *Magnitude do Estado* pode ser espacializado, como também percebe o *grande negócio* materializado pelas transferências voluntárias e os investimentos públicos em diversas rubricas expostas no portal da transparência. Tais interpretações dialogam entre si e se complementam nas suas relações de poder, a exemplo da materialidade das ações do Estado em obras públicas, em políticas territoriais e na implantação de *espaços de restrições de uso do território*. São diversas e heterogêneas as magnitudes expressadas no território.

Sousa (2024, p. 150), por sua vez, disserta que

a magnitude do Estado se refere à extensão e à importância do papel desempenhado pelo governo em uma determinada sociedade. Ela abrange várias dimensões, temporalidade, institucionalidade, espacialidade e territorialidades, incluindo a extensão das funções governamentais, a intervenção nas atividades econômicas, o grau de regulamentação e o alcance das políticas públicas.

Considerando as diversas materializações e manifestações da *Magnitude do Estado*, a apresentada neste ensaio diz respeito às ocorrências de políticas públicas e de políticas territoriais, bem como em intervenções na sócio-economia induzindo novas relações econômicas, sociais e políticas, a exemplo do PBF.

Ou seja, além de ser plural em sua origem, construção e evolução, a *Magnitude do Estado* também é heterogênea em sua materialidade e manifestações.

A MAGNITUDE DO ESTADO E AS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DA REGIÃO DAS GUIANAS BRASILEIRA

Para Porto (2025), a RGB é eminentemente amazônica e é composta por 4 Estados (Parcialmente dos Estados do Pará e do Amazonas; a totalidade do Amapá e Roraima), com 52 municípios. Desde a década de 1970, uma série de transformações ocorreram nesta espacialidade, seja em suas dinâmicas econômicas, transformações de políticas territoriais; na ampliação das complexidades de sua *urbanodiversidade* (Trindade Jr. 2022; 2023); na instalação de eixos viários, ampliando suas densidades e intensidades de fluxos e fluidez em seu território, bem como nos usos e novos usos das suas potencialidades (Agronegócio; explorações mineral e madeireira; industrialização; produção de energia; exploração petrolífera); na instalação de unidades de conservação e terras indígenas; no estímulo à transfronteirização, inicialmente pela integração física e infraestrutural; na execução de atos e ações para organizações e configurações da Faixa de Fronteira brasileira e; na elaboração de acordos e cooperações entre os seus países integrantes.

Os novos usos do território da RGB repercutiram em novas funções territoriais em seus contextos na economia-mundo e ecologia-mundo. Assim, a grande *Magnitude do Estado* nesta Região, vem se

manifestando em sua sócio-economia, bem como na sua presença de variadas *espacialidades institucionalizadas*⁶, sejam elas urbanas ou não.

Como exemplos dessas espacialidades citam-se: *cidades-gêmeas*; o reconhecimento de uma sede municipal como capital de um ente federativo; a instalação de unidades de conservação e de terras indígenas; a delimitação de uma área de regime aduaneiro especial (Zona Franca, Área de Livre Comércio, Zona de Processamento de Exportação); Regiões metropolitanas; blocos econômicos; espaços de cooperação internacional, dentre outros.

Porto (*Op. cit.*), também indica que na RGB há: uma no sentido *lato*⁷, com 52 municípios, ocupando 1.087.473,06 km², com uma população de 4.101.877 habitantes em 2022, segundo o IBGE. A outra, a *Região das Guianas Brasileira Faixa de Fronteira*, com 908.051,28 km², que é composta por 33 municípios da faixa de fronteira amapaense, paraense, amazonense e roraimense, correspondendo a 34,72% da área da Faixa de Fronteira brasileira e; 83,50% da área e 26,87% da população da RGB. Será abordado neste ensaio somente a primeira espacialidade.

A RGB, em suas heterogeneidades, foi acionada em suas diversas temporalidades, com múltiplas e diversas institucionalidades, materializando-se em seu território em diversas formas. Inicialmente como interesse geopolítico, posteriormente como espaço de exploração de suas potencialidades; por políticas públicas e territoriais e; mais recentemente, por questões ambientais. Ou seja, a acionalidade é parte dos usos e funções do território.

⁶ Para Porto (2025, p. 35), *as espacialidades institucionalizadas são resultantes de políticas territoriais, cujas configurações e organizações são normatizadas por um sistema de normas.*

⁷ Os Estados brasileiros integrantes da RGB são: **Amapá**, com 16 municípios, possui 142.470,76 km², registrou em 2022 apresentou uma população de 733.759 habitantes; **Roraima**, com 15 municípios, possui 223.644, 53 km², registrou 636.707 habitantes; **Pará**: com nove municípios, Alenquer, Almeirim, Curuá, Faro, Prainha, Óbidos, Oriximiná, Monte Alegre e Terra Santa, ocupando uma área de 280.568,44 km² e uma população de 361.531 habitantes e; parcialmente o Estado do **Amazonas**, com doze municípios: Nhamundá, Urucará, São Sebastião do Uatumã, Itacoatiara, Itapiranga, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Manaus, Novo Airão, Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e, São Gabriel da Cachoeira, ocupando uma área de 440.789,76 km², registrou uma população de 2.369.880 habitantes. Somente o Município de Manaus possui uma população de 2.063.689 habitantes.

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS DINÂMICAS TERRITORIAIS

Uma outra maneira de se perceber a *magnitude do Estado*, diz respeito à participação de beneficiários de incentivos públicos sociais, a exemplo do Programa Bolsa Família (PBF).

Ao observar o comportamento do PBF na RGB, disponíveis no período entre 2016-2024, mais de um milhão e cem mil de beneficiários por ano (Tabela 1), sendo que o caso mais emblemático diz respeito ao Estado do Amazonas, por conta dos indicadores de sua capital, Manaus, com uma participação acima de 442 mil beneficiários por ano. Somente os indicadores manauara são superiores às demais espacialidades da RGB, chegando a alcançar 742 mil, em 2023.

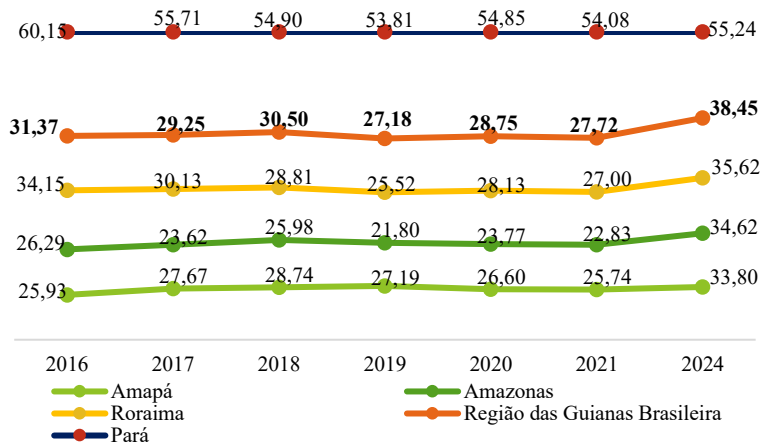
Tabela 1 - Beneficiários do Programa Bolsa Família na Região das Guianas Brasileira (2016-2024)

Estado	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2023	2024
Amapá	247.343	260.170	274.355	269.071	274.387	269.937	349.158	352.928
Amazonas	639.057	583.896	646.742	552.084	611.970	597.331	932.814	907.236
Pará	211.649	205.566	205.359	200.624	205.035	202.210	228.184	223.992
Roraima	175.587	157.489	166.125	154.561	177.551	176.209	239.337	255.293
TOTAL	1.273.636	1.207.121	1.292.581	1.176.340	1.268.943	1.245.687	1.749.493	1.739.449

Fonte: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br>

Por mais que em valores absolutos de beneficiários na RGB seja o Estado do Amazonas, o Estado do Pará é a unidade federativa com maior participação relativa (Acima de 53%) dos beneficiários do PBF em relação à sua população residente, quase o dobro dos valores da RGB. O Estado de Roraima, por sua vez, a menor (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Participação relativa dos beneficiários do Programa Bolsa Família na Região das Guianas Brasileira (2016-2024)

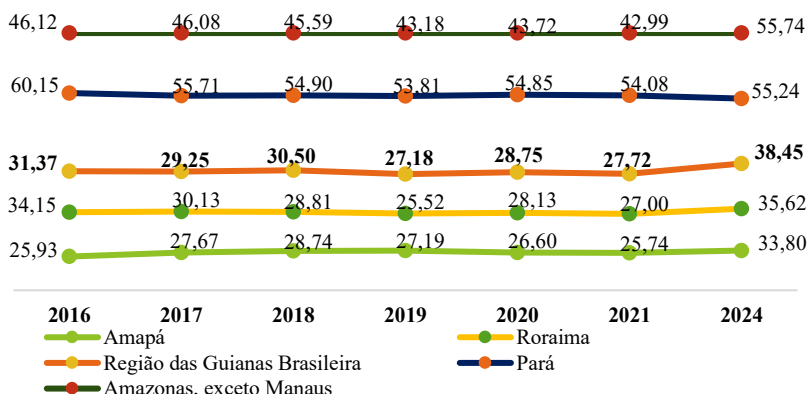


Elaboração: Jadson Porto (2025).

Em um exercício efetuado, retirando o caso da capital do Estado do Amazonas, Manaus, cidade mais industrializada e a mais populosa (com mais de 2 milhões de habitantes na temporalidade estabelecida) da RGB, o Estado do Amazonas assume a primeira colocação como unidade federativa que de maior quantitativo de beneficiários do PBF (Gráfico 2). Assim, a espacialidade dos Estados do Amazonas e Pará inserida na RGB consolida o grande impacto da *magnitude do Estado* na RGB.

Com 52 municípios na RGB, em um exercício feito de correlação entre os dados do IBGE referente às estimativas populacionais dessas unidades federativas e o quantitativo de beneficiários do PBF, percebeu-se que 48 deles possuem indicadores acima de 38% de sua população como beneficiários, indicador este correspondente ao referente da RGB. Desses, 41 municípios detêm uma participação de acima de 50% de beneficiários.

Gráfico 2 - Participação dos beneficiários do Programa Bolsa Família por Estado da Região das Guianas Brasileira (2016-2024), exceto Manaus (%)



Elaboração: Jadson Porto (2025).

Tais manifestações, são outros modelos de exposição da grande *magnitude do Estado* nestas territorialidades, bem como para se perceber a importância das políticas públicas e políticas territoriais nas dinâmicas geográficas, sociais e econômicas ali estabelecidas e/ou para ali estabelecidas.

Considerando os dados mais recentes, para o ano de 2024, os dez Municípios que possuem maiores índices são, em ordem decrescente: Município de Itaubal (AP), Pracuúba (AP), Normandia (RR), Cutias (AP), Uiramutã, Bonfim (RR), Prainha (PA), Faro (PA), Mazagão e Vitória do Jari (AP) (Tabela 1).

Desses, quatro estão na Faixa de Fronteira brasileira (Pracuúba, Normandia, Uiramutã, Bonfim e Faro), uma *cidade-gêmea* (Bonfim), duas integrantes de Região Metropolitana (Bonfim e Mazagão) e uma com investimentos do capital internacional para extração mineral, caulim (Vitória do Jari). Destaca-se, aqui, a identificação do Município de Bonfim em três maneiras de se perceber sua participação nestas percepções.

Tabela 1 - Correlação da população estimada municipal e dos beneficiários do Programa Bolsa Família na Região das Guianas Brasileira (2016-2024) (Acima de 60%, ano base 2024).

MUNICÍPIOS	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2024
Itaubal (AP)	61,98	83,26	94,10	93,09	92,81	89,11	95,75
Pracuúba (AP)	41,68	41,43	43,40	42,64	41,67	40,69	84,04
Normandia (RR)	70,55	64,99	69,77	74,88	75,84	74,93	78,66
Cutias (AP)	59,84	64,68	58,88	56,26	56,29	53,77	78,22
Uiramutã (RR)	81,26	65,88	74,60	72,05	66,78	74,92	75,27
Bonfim (RR)	59,37	66,04	70,43	69,79	69,19	68,80	73,70
Prainha (PA)	88,00	94,65	94,14	93,69	94,21	93,07	73,02
Faro (PA)	70,19	77,77	78,92	82,53	83,93	84,33	72,27
Mazagão (AP)	58,08	69,17	76,09	76,53	74,42	71,97	70,44
Vitória do Jari (AP)	52,74	56,13	57,55	56,30	54,88	52,78	69,72
Pacaraima (RR)	55,02	57,99	41,50	38,60	37,36	35,28	69,40
Nhamundá (AM)	68,38	71,02	68,33	66,01	64,82	62,91	69,37
Tartarugalzinho (AP)	56,02	56,34	53,50	48,13	47,75	45,85	68,65
Amapá (AP)	42,47	53,32	65,00	64,88	64,81	62,94	68,31
Curuá (PA)	66,65	65,11	63,75	59,56	61,25	59,45	65,43
Santa Isabel do Rio Negro (AM)	34,77	32,69	31,69	31,10	32,20	31,47	64,24
São Gabriel da Cachoeira (AM)	59,95	55,77	55,14	50,16	55,50	56,66	64,12
Cantá (RR)	48,04	49,06	45,98	47,34	46,01	44,53	63,67
Mucajaí (RR)	51,65	55,83	56,56	58,00	55,93	54,82	61,59
Barcelos (AM)	33,57	30,88	31,12	30,75	33,53	35,12	60,99
Monte Alegre (PA)	66,66	67,42	62,93	59,39	61,00	58,87	60,32

Elaboração: Jadson Porto (2025).

Quanto ao grupo de municípios inseridos na faixa de 50% beneficiários, 20 são identificados (Tabela 2).

Tabela 2 - Correlação da população estimada municipal e dos beneficiários do Programa Bolsa Família na Região das Guianas Brasileira (2016-2024) (Faixa de 50%, ano base 2024).

Municípios	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2024
Itapiranga (AM)	54,92	57,69	61,22	59,67	58,88	58,00	59,68
Caroebe (RR)	52,68	53,07	49,98	49,34	47,32	45,57	58,98
Porto Grande (AP)	43,93	42,88	45,01	41,17	39,52	37,93	58,72
Almeirim (PA)	55,11	61,82	63,09	62,80	62,14	61,46	58,49
Óbidos (PA)	77,51	55,44	51,54	49,48	52,07	52,31	58,14
São Sebastião do Uatumã (AM)	42,86	44,69	41,85	39,60	38,10	37,48	56,85
São Luiz (RR)	39,90	39,12	39,76	37,11	41,27	39,98	56,72
Novo Airão (AM)	46,72	46,50	46,89	43,35	43,59	42,43	56,53
Calçoene (AP)	49,86	50,42	48,56	45,76	44,59	43,08	55,73
Pedra Branca do Amapari (AP)	35,54	37,98	40,39	38,44	38,01	36,45	55,49
Terra Santa (PA)	51,18	53,89	52,74	50,25	49,28	48,50	55,43
Oiapoque (AP)	35,49	34,45	35,52	32,69	31,33	30,00	55,25
Urucará (AM)	58,67	61,66	60,20	57,25	57,90	57,77	55,12
Caracarái (RR)	50,62	55,04	53,85	50,76	48,79	47,28	54,98
Ferreira Gomes (AP)	44,04	49,61	44,57	40,95	39,68	37,52	54,09
Oriximiná (PA)	48,07	47,13	45,81	43,34	45,21	43,67	53,78
Laranjal do Jari (AP)	38,12	40,64	41,28	38,66	37,54	36,34	52,55
Serra do Navio (AP)	39,64	45,86	52,85	48,55	47,45	46,08	51,18
Alenquer (PA)	61,31	60,53	61,55	62,23	61,95	61,25	50,85
Itacoatiara (AM)	43,65	44,72	45,43	43,78	42,88	41,71	50,52

Elaboração: Jadson Porto (2025).

Quanto à correlação abaixo de 50% do índice de beneficiários do PBF (Tabela 3), 11 Municípios foram identificados, sendo sete com índices acima do registrado para a RGB e quatro abaixo. À exceção de Rorainópolis, os demais os demais são capitais dos Estados do Amapá, Amazonas e Roraima.

Tabela 3 - Correlação da população estimada municipal e dos beneficiários do Programa Bolsa Família na Região das Guianas Brasileira (2016-2024) (Abaixo de 50%, ano base 2024).

Municípios	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2024
Rio Preto da Eva (AM)	41,44	39,10	36,83	34,21	35,44	33,82	48,19
Presidente Figueiredo (AM)	36,33	39,95	39,39	36,25	34,74	32,98	48,07
São João da Baliza (RR)	41,29	39,55	35,15	34,42	37,51	37,01	44,22
Amajari (RR)	39,44	35,95	36,65	37,26	38,20	38,74	43,93
Santana (AP)	34,91	39,90	42,12	39,34	38,05	36,67	43,47
Alto Alegre (RR)	51,77	43,43	43,55	43,93	47,99	49,58	39,69
Iracema (RR)	39,79	38,72	34,13	31,81	32,64	31,19	39,65
Região das Guianas Brasileira	31,37	29,25	30,50	27,18	28,75	27,72	38,45
Macapá (AP)	25,03	24,00	23,46	23,19	23,93	23,20	36,97
Rorainópolis (RR)	42,57	41,76	40,40	36,55	41,42	39,90	36,75
Manaus (AM)	23,11	20,02	22,84	18,38	20,58	19,61	31,47
Boa Vista (RR)	24,50	18,62	18,04	13,96	18,01	16,80	25,04

Elaboração: Jadson Porto (2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida em que foram executados novos os usos do território da RGB, novas funções territoriais também foram se manifestando e configurando, acompanhando as transformações nos cenários nacional e internacional. Ou seja, além de ser plural em sua origem, construção e evolução, também é heterogênea em sua materialidade.

A percepção da participação de beneficiários de incentivos públicos sociais, a exemplo do PBF, como uma ação de *Magnitude do Estado*, decorre da identificação do grande impacto que este Programa exerce sobre a população receptora dos recursos, seja por criar condições de fomentar o comércio local, bem como no influenciar em períodos eleitorais. A RGB, com 52 municípios, 41 detém uma participação de acima de 50% de beneficiários.

Enfim, as materializações e as manifestações das *Magnitudes do Estado* aqui apresentadas vão para além das questões socioeconômicas. Elas são espacializadas, territorializadas, institucionalizadas,

temporalizadas e, também, resultados de políticas públicas e de políticas territoriais, induzindo novas relações econômicas, sociais, políticas e; novas acionalidades de suas geografias política e econômica.

REFERÊNCIAS

CHELALA, C. **A magnitude do Estado na sócio-economia amapaense**. Macapá: Minteg/ Unifap, 2008. Dissertação (Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá. Disponível em: <http://sites.unifap.br/odramapa/2023/12/11/a-magnitude-do-estado-na-socioeconomia-amapaense/>.

CHELALA, C. A Evolução da presença do Estado na Economia do Amapá. *In: CHELALA, C. (Org.). A Economia do Estado do Amapá*. Macapá: Clube do Autor, 2020. Pág. 54-107.

PORTO, J. **Desenvolvimento geográfico desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira**: Reformas da condição fronteiriça amapaense (1943-2013). Maringá: Uniedusul, 2020.

PORTO, J. **Interações espaciais transfronteiriças na Região das Guianas**: Acionalidades, usos e funções territoriais. Santiago de Compostela, Espanha: IDEGA/USC, 2025.

SOUSA, F. P. **A magnitude do estado na socioeconomia do Tocantins entre 1990 e 2020**. Palmas: PPGDR/UFT, 2024. 177f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Tocantins. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/6886>.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. Regionalização, cidades e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. *In: ACTA Geográfica*, Boa Vista, v. 17, n. 43, jan./abr. 2023. Pp. 222-239. Disponível em: DOI: 10.18227/2177-4307.acta.v17i43.8062.

TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. Urbanodiversidade e pensamento crítico contemporâneo: Reflexões a partir das cidades amazônicas. *In: PACÍFICO FILHO, M.; SILVA, L. O. F.; LIMA, J. F.; GOMES, J. B. (org.). Urbanodiversidade: possibilidades e contradições*. Palmas: Editora Universitária - Eduft, 2022.

PROGRESSO SOCIAL NA REGIÃO DAS GUIANAS BRASILEIRA: ENSAIOS DE DESEMPENHO TERRITORIAL

INTRODUÇÃO

Este ensaio visa expor, brevemente, o comportamento do Índice de Progresso Social nos municípios inseridos na *Região das Guianas Brasileira* (RGB) (Porto, 2025). Esta, é uma sub-regionalização da *Região das Guianas* (RG), ao norte do Brasil e da América do Sul, em uma vasta área de 2.008.078,96 km², entre os rios Orinoco, Negro e Amazonas, margeada pelo oceano Atlântico (Figura 1).

Figura 2 - Região das Guianas



Fonte: Silva; Di Miceli (2024, p. 32).

O processo de ocupação da Região das Guianas remonta ao século XVI, como resultado da expansão marítima europeia, por portugueses, franceses, holandeses e ingleses (Silva; Di Miceli, 2024), ocupando 1.085.572,49 km² do território brasileiro; 456.007 km² da Venezuela (pelos Estados de Delta Amacuro, Bolívar e Amazonas, à margem direita do rio Orinoco); 214.970 km² da República Cooperativa da Guiana; 163.820 km² de Suriname e 83.534 km² da Guiana Francesa.

Para Porto (2005), a RGB é delimitada pelo Oceano Atlântico, margem esquerda do rio Amazonas, margem esquerda do rio Negro e a linha de fronteira com a Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa e; envolve uma regionalização no Brasil, delimitada pela faixa de fronteira

deste país. É um espaço eminentemente amazônico e composto pelos Estados do Amapá; Roraima; parcialmente pelo Estado do Pará, integrando todos os municípios à margem esquerda do rio Amazonas e; parcialmente o Estado do Amazonas, envolvendo as margens esquerdas dos rios Amazonas e Negro) (Figura 2).

Figura 2 – Região das Guianas Brasileira



Elaboração de Jadson Porto (2024).

A partir de uma parceria entre o Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), Fundación Avina, Amazônia 2030, Anattá Pesquisa e Desenvolvimento, Centro de Empreendedorismo da Amazônia e Social Progress Imperative, em 2014 foi lançado o primeiro relatório do IPS Brasil para os 5.570 municípios brasileiros. Este Relatório é a maior iniciativa de geração desse índice na escala subnacional até agora realizada no mundo (Imazon, 2024, p. 5).

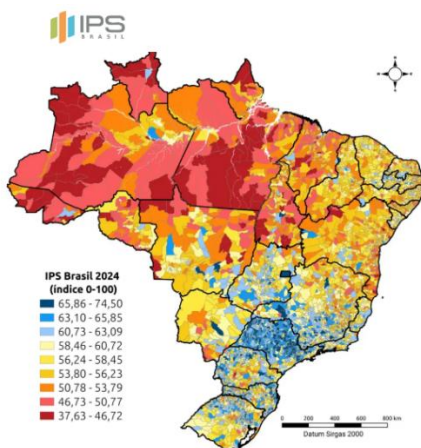
Este texto possui duas seções: A primeira expõe, brevemente, a construção metodológica do IPS; A segunda, apresenta os resultados do IPS na Região das Guianas Brasileira.

ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL: BREVES CONSIDERAÇÕES

Segundo o IPS Brasil (*op. cit.*), o **Índice de Progresso Social (IPS)** é uma ferramenta que mede o desempenho social e ambiental de territórios e tem sido usado para o planejamento, avaliação de programas e aperfeiçoamento de políticas públicas. Possui quatro edições publicadas para o *IPS Amazônia* (Santos *et al.*, 2014; 2018; 2021; 2023) e uma para os municípios brasileiros (Imazon, 2024).

Elaborado no Brasil desde 2014, possui, reflexões qualitativas deste território, inicialmente com o amazônico, que permitem levantar uma série de questionamentos sobre as dinâmicas territoriais e sociais desta região. A metodologia IPS adotada apresenta uma composição por 53 indicadores sociais e ambientais secundários oriundos de fontes públicas. A partir da visibilidade do IPS no cenário brasileiro em 2024 (Figura 3), percebe-se a precariedade existente no território amazônico.

Figura 3 - Índice de Progresso Social no Brasil (2024)



Fonte: www.ipsbrasil.org.br

Para cada indicador, se o resultado de um município nesse grupo de comparação for superior ou inferior ao desvio padrão absoluto da média aritmética, é considerado relativamente *forte* (cor azul) ou relativamente *fraco* (cor vermelha). As pontuações que estão dentro do

desvio padrão dessa média encontram-se na mesma faixa de resultados esperados, ou seja, o município está relativamente *neutro* (cor amarela) (Imazon, 2024, p. 11).

A proposta deste índice também serve de bússola para orientar os investimentos sociais privados nos municípios. Este indicador não tem por objetivo medir a quantidade de infraestrutura ou recurso investido em um município. Mede se essa infraestrutura ou esse recurso estão trazendo resultados para as pessoas.

RESULTADOS DO IPS NA REGIÃO DAS GUIANAS BRASILEIRA

Para Porto (2025), a Região das Guianas possui três sub-regionalizações, ei-las: *A Região das Guianas Brasileira* (RGB); a *Região das Guianas Brasileira - Faixa de Fronteira* (RGB/FF), somente com os municípios da RGB localizados dentro da Faixa de Fronteira brasileira e; a *Região das Guianas Internacional* (RGI), a Guiana Francesa, Suriname, República Cooperativa da Guiana e a parte oriental da Venezuela, à margem direita do rio Orinoco.

Em território brasileiro é possível identificar duas especialidades: uma RGB no sentido lato⁸, com 52 municípios, ocupando 1.087.473,06 km², representando 54,15% do espaço da RG, com uma população de 4.101.877 habitantes em 2022, segundo o IBGE, 55,25% da população da RG e; outra envolvendo os municípios que estão inseridos somente na sua *Faixa de Fronteira*.

⁸ Os Estados brasileiros integrantes da RGB são: **Amapá**, com 16 municípios, possui 142.470,76 km², registrou em 2022 apresentou uma população de 733.759 habitantes; **Roraima**, com 15 municípios, possui 223.644, 53 km², registrou 636.707 habitantes; **Pará**: com nove municípios, Alenquer, Almeirim, Curuá, Faro, Prainha, Óbidos, Oriximiná, Monte Alegre e Terra Santa, ocupando uma área de 280.568,44 km² e uma população de 361.531 habitantes e; parcialmente o Estado do **Amazonas**, com doze municípios: Nhamundá, Urucará, São Sebastião do Uatumã, Itacoatiara, Itapiranga, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Manaus, Novo Airão, Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e, São Gabriel da Cachoeira, ocupando uma área de 440.789,76 km², registrou uma população de 2.369.880 habitantes. Somente o Município de Manaus possui uma população de 2.063.689 habitantes.

De acordo com os dados do IPS inerentes à RGB, tendo por referência o ano de 2024, somente 02 municípios possuem indicadores *forte* (Manaus e Boa Vista, sendo este último, o único inserido na Faixa de Fronteira brasileira) e 15 *neutros* (Tabela 1).

Tabela 1 - Índice de Progresso Social (IPS) dos municípios da Região das Guianas Brasileira (2024)

MUNICÍPIOS	2014	2018	2021	2023	2024
Manaus (AM)	61,39	62,68	65,61	67,37	64,35
Boa Vista (RR)	63,78	64,27	64,12	66,58	62,76
Itacoatiara (AM)	54,89	53,34	55,48	60,14	58,60
Macapá (AP)	57,03	60,27	62,93	62,48	58,03
Santana (AP)	57,81	55,48	56,23	61,08	56,94
Itapiranga (AM)	56,16	53,34	55,38	60,45	56,82
Vitória do Jari (AP)	55,31	57,52	55,88	59,53	55,85
Novo Airão (AM)	56,69	57,24	56,37	60,64	55,79
Presidente Figueiredo (AM)	58,84	57,66	60,00	59,62	55,35
Terra Santa (PA)	59,19	62,33	60,25	59,22	55,14
Ferreira Gomes (AP)	53,99	57,01	55,26	54,69	55,12
Serra do Navio (AP)	60,93	60,64	60,45	57,70	55,04
Faro (PA)	61,97	64,58	61,37	62,70	54,47
São Luiz (RR)	60,86	58,1	55,22	54,36	54,46
Óbidos (PA)	53,50	55,08	54,90	54,51	54,05

Fonte: www.ipsbrasil.org.br.



Desses, sete municípios tiveram aumento de seus indicadores, sendo o Município de Itacoatiara (AM) o de maior variação e Vitória do Jari (AP) o de menor. Por outro lado, oito diminuíram esses indicadores, sendo o Município de Faro (PA) o de maior perda e Boa Vista (RR), de menor. Percebe-se, também, que dos que diminuíram seus indicadores, quatro deles mudaram de categoria de *forte* para *neutro*, identificando perda de qualidade de vida: ei-los: Terra Santa (PA), Serra do Navio (AP), Faro (PA) e São Luiz (RR).

Os demais municípios (37) são de indicadores *fracos* (Tabela 2). Todos os municípios que apresentaram indicadores referenciados a 2024, tiveram quedas de qualidade de vida em 10 anos registrados pelo IPS, sendo Oiapoque (AP), o caso de maior diminuição de indicador (-11,46). Por outro lado, quatro deles mudaram de categoria de *forte* para *neutro*: eilos: Urucará (AM), Curuá (PA), São Sebastião de Uatumã (AM) e, Mucajaí (RR).

Tabela 2 - Índice de Progresso Social (IPS) dos municípios da Região das Guianas Brasileira (2024) (Continua).

MUNICÍPIOS	2014	2018	2021	2023	2024
Rio Preto da Eva (AM)	54,48	53,79	54,3	54,58	53,73
Cutias (AP)	55,65	53,99	54,96	52,48	53,28
Urucará (AM)	61,74	63,35	62,11	60,42	52,91
Nhamundá (AM)	58,90	57,96	58,47	57,39	52,60
Itaubal (AP)	53,84	52,99	54,35	53,90	52,46
Laranjal do Jari (AP)	58,02	56,06	55,19	60,24	52,23
Mazagão (AP)	52,65	51,35	51,61	53,72	51,73
Curuá (PA)	60,32	58,46	58,76	57,69	51,64
Oriximiná (PA)	56,77	56,45	57,45	56,33	51,52
São João da Baliza (RR)	54,99	57,07	55,55	58,54	51,40
São Sebastião do Uatumã (AM)	61,10	61,73	62,93	59,23	51,32
Amapá (AP)	52,45	54,83	55,68	56,19	51,01
Barcelos (AM)	55,01	51,75	54,95	58,19	50,97
Almeirim (PA)	56,01	56,18	57,55	57,72	50,76
Monte Alegre (PA)	57,56	56,13	56,29	54,41	50,70

Fonte: www.ipsbrasil.org.br.



Tabela 2 - Índice de Progresso Social (IPS) dos municípios da Região das Guianas Brasileira (2024) (Conclusão).

MUNICÍPIOS	2014	2018	2021	2023	2024
Prainha (PA)	52,26	53,27	53,54	54,56	49,48
Iracema (RR)	55,08	56,56	54,2	54,70	49,46
Pedra Branca do Amapari (AP)	54,15	55,77	54,22	52,26	49,23
Alenquer (PA)	54,12	55,36	56,03	54,36	49,03
Caroebe (RR)	55,25	55,74	54,68	54,81	48,64
Caracarái (RR)	50,80	48,78	50,63	50,58	48,43
Rorainópolis (RR)	53,22	50,00	52,17	50,59	48,32
Santa Isabel do Rio Negro (AM)	56,60	59,21	57,95	55,74	48,12
Tartarugalzinho (AP)	53,31	53,91	52,06	53,07	48,07
Mucajái (RR)	59,73	54,44	54,05	55,11	47,87
Pacaraima (RR)	51,50	56,71	52,71	52,83	47,80
Porto Grande (AP)	50,91	49,51	51,48	53,15	47,46
Calçoene (AP)	52,01	51,01	52,51	55,08	46,15
Normandia (RR)	51,93	51,07	51,17	52,10	44,95
Cantá (RR)	50,75	50,96	53,45	52,31	44,90
São Gabriel da Cachoeira (AM)	51,33	50,28	47,6	46,44	44,81
Pracuúba (AP)	49,61	53,02	52,57	51,84	43,50
Amajari (RR)	50,90	49,70	47,91	49,44	43,38
Oiapoque (AP)	53,92	52,96	54,03	51,91	42,46
Bonfim (RR)	51,82	49,5	48,59	50,60	42,27
Alto Alegre (RR)	49,58	49,55	48,34	49,32	38,38
Uiramutã (RR)	49,75	48,31	58,71	45,98	37,63

Fonte: www.ipsbrasil.org.br.

 Forte
 Fraco

 Neutro
 Municípios da Faixa de Fronteira brasileira

Quanto às *cidades-gêmeas* Pacaraima (RR), Oiapoque (AP) e Bonfim (RR), se encontram na 40^a, 48^a e 49^a posição, respectivamente, de um total de 52 inseridos na RGB. Os Municípios de Alto Alegre e Uiramutã (Roraima) registram os menores indicadores nacionais, em penúltima e

última posições do cenário nacional (5569^a e 5570^a, dos municípios analisados, respectivamente).

Para a construção das tabelas a seguir, por Estados integrantes da RGB-FF, acompanhou-se a indicação das referências *forte*, *neutro* e *fraco* de acordo com as delimitações apresentadas nos relatórios do IPS Amazônia dos anos apresentados por municípios integrantes da RGB. Assim, tem-se as seguintes percepções:

a) Sobre o Estado do Amazonas, este possui um total de 62 municípios. Porém, participa com 12 municípios na RGB, uma região metropolitana industrializada (Manaus) e 5 na RGB-FF; apresenta os melhores indicadores, destacando o Município de Manaus (Tabela 3). O município de maior perda de qualidade de vida foi São Sebastião de Uatumã (-9,78) e o localizado dentro da faixa de fronteira foi Urucará (-8,83).

Tabela 3 - Índice de Progresso Social dos municípios do Estado do Amazonas na Região das Guianas Brasileira (2014-2024)

MUNICÍPIOS	2014	2018	2021	2023	2024
Manaus	61,39	62,68	65,61	67,37	64,35
Itacoatiara	54,89	53,34	55,48	60,14	58,60
Itapiranga	56,16	53,34	55,38	60,45	56,82
Novo Airão	56,69	57,24	56,37	60,64	55,79
Presidente Figueiredo	58,84	57,66	60,00	59,62	55,35
Rio Preto da Eva	54,48	53,79	54,30	54,58	53,73
Urucará (AM)	61,74	63,35	62,11	60,42	52,91
Nhamundá	58,90	57,96	58,47	57,39	52,60
São Sebastião do Uatumã	61,10	61,73	62,93	59,23	51,32
Barcelos	55,01	51,75	54,95	58,19	50,97
Santa Isabel do Rio Negro	56,60	59,21	57,95	55,74	48,12
São Gabriel da Cachoeira	51,33	50,28	47,60	46,44	44,81

Fonte: www.ipsbrasil.org.br.

Forte

Neutro

Municípios da Faixa de Fronteira brasileira

Fraco

b) O caso do Estado do Pará, com um total de 144 inseridos em seu território, participa com 9 municípios, sendo 7 com indicadores *fracos* e,

destes, Óbidos foi o único que apresentou melhoria de qualidade de vida (Tabela 4). O município de maior perda de qualidade de vida foi o de Curuá (-8,68) e o localizado dentro da faixa de fronteira foi Faro (-7,50).

Tabela 4 - Índice de Progresso Social dos municípios do Estado do Pará na Região das Guianas Brasileira (2014-2024)

MUNICÍPIOS	2014	2018	2021	2023	2024
Terra Santa	59,19	62,33	60,25	59,22	55,14
Faro	61,97	64,58	61,37	62,70	54,47
Óbidos	53,50	55,08	54,90	54,51	54,05
Curuá	60,32	58,46	58,76	57,69	51,64
Oriximiná	56,77	56,45	57,45	56,33	51,52
Almeirim	56,01	56,18	57,55	57,72	50,76
Monte Alegre	57,56	56,13	56,29	54,41	50,70
Prainha	52,26	53,27	53,54	54,56	49,48
Alenquer	54,12	55,36	56,03	54,36	49,03

Fonte: www.ipsbrasil.org.br.



c) O caso do Estado do Amapá, participa com 16 no Estado inseridas na RGB, uma região metropolitana não industrializada (Macapá); 8 municípios integrantes da RGB-FF. Para 2024, não são apresenta municípios *fortes*; 11 com indicadores *fracos* e; sua *cidade-gêmea*, Oiapoque, é a que possui o menor índice (Tabela 5). Os Municípios de Macapá, Vitória do Jari e Ferreira Gomes apresentaram melhoria de qualidade de vida, mas com reduzidos avanços. O município de maior perda de qualidade de vida foi Oiapoque (-11,46), seja na escala da RGB, da RGB-FF amapaense, seja como *cidade-gêmea* da RGB.

Tabela 5 - Índice de Progresso Social dos municípios do Estado do Amapá na Região das Guianas Brasileira (2014-2024)

MUNICÍPIOS	2014	2018	2021	2023	2024
Macapá	57,03	60,27	62,93	62,48	58,03
Santana	57,81	55,48	56,23	61,08	56,94
Vitória do Jari	55,31	57,52	55,88	59,53	55,85
Ferreira Gomes	53,99	57,01	55,26	54,69	55,12
Serra do Navio	60,93	60,64	60,45	57,70	55,04
Cutias	55,65	53,99	54,96	52,48	53,28
Itaubal	53,84	52,99	54,35	53,90	52,46
Laranjal do Jari	58,02	56,06	55,19	60,24	52,23
Mazagão	52,65	51,35	51,61	53,72	51,73
Amapá	52,45	54,83	55,68	56,19	51,01
Pedra Branca do Amapari	54,15	55,77	54,22	52,26	49,23
Tartarugalzinho	53,31	53,91	52,06	53,07	48,07
Porto Grande	50,91	49,51	51,48	53,15	47,46
Calçoene	52,01	51,01	52,51	55,08	46,15
Pracuúba	49,61	53,02	52,57	51,84	43,50
Oiapoque	53,92	52,96	54,03	51,91	42,46

Fonte: www.ipsbrasil.org.br.

 Forte	 Neutro
 Fraco	 Cidade-Gêmea
 Municípios da Faixa de Fronteira brasileira	

d) O caso do Estado de Roraima, todos os seus municípios, 15, estão inseridos na RGB e na RGB-FF; possui três regiões metropolitanas não industrializadas; em 2024, apresenta um município *forte*, 13 com indicadores *fracos*, dentre elas, suas *cidades-gêmeas* Pacaraima e Bonfim e; os Municípios de Alto alegre e Uiramutã registram os menores indicadores nacional. Todos os Municípios roraimenses não apresentaram melhoria de qualidade de vida no período de 2014-2024, por mais que Boa Vista mostre indicadores na categoria *forte*. O município de maior perda de qualidade de vida foi Mucajaí (-11,86), com mudança de categoria *forte* para *fraco* (Tabela 6). O caso de Uiramutã (-12,12), não saiu de sua condição de *fraco* em um decênio.

Tabela 6 - Índice de Progresso Social dos municípios de Roraima na Região das Guianas Brasileira (2014-2024)

MUNICÍPIOS	2014	2018	2021	2023	2024
Boa Vista	63,78	64,27	64,12	66,58	62,76
São Luiz	60,86	58,10	55,22	54,36	54,46
São João da Baliza	54,99	57,07	55,55	58,54	51,40
Iracema	55,08	56,56	54,20	54,70	49,46
Caroebe	55,25	55,74	54,68	54,81	48,64
Caracarái	50,80	48,78	50,63	50,58	48,43
Rorainópolis	53,22	50,00	52,17	50,59	48,32
Mucajaí	59,73	54,44	54,05	55,11	47,87
Pacaraima	51,50	56,71	52,71	52,83	47,80
Normandia	51,93	51,07	51,17	52,10	44,95
Cantá	50,75	50,96	53,45	52,31	44,9
Amajari	50,90	49,70	47,91	49,44	43,38
Bonfim	51,82	49,50	48,59	50,60	42,27
Alto Alegre	49,58	49,55	48,34	49,32	38,38
Uiramutã	49,75	48,31	58,71	45,98	37,63

Fonte: www.ipsbrasil.org.br.

	Forte		Neutro
	Fraco		Cidade-Gêmea
	Municípios da Faixa de Fronteira brasileira		

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o referencial do ano de 2024, os 52 municípios inseridos na RGB, sete municípios tiveram aumento de seus indicadores, sendo o Município de Itacoatiara (AM) o de maior variação e Vitória do Jari (AP) o de menor. Por outro lado, oito diminuíram esses indicadores, sendo o Município de Mucajaí o de maior perda e Boa Vista (ambos de RR), de menor. Percebe-se, também, que dos que diminuíram seus indicadores, quatro deles mudaram de categoria de *forte* para *neutro*, identificando perda de qualidade de vida: ei-los: Terra Santa (PA), Serra do Navio (AP), Faro (PA) e São Luiz (RR).

Os demais municípios (37) são de indicadores *fracos*, que tiveram quedas de qualidade de vida em 10 anos registrados pelo IPS, sendo

Uiramutã (RR), o caso de maior diminuição de indicador (-12,12). Por outro lado, quatro deles mudaram de categoria de *forte* para *neutro*: ei-los: Urucará (AM), Curuá (PA), São Sebastião de Uatumã (AM) e, Mucajaí (RR).

Quanto ao comportamento do IPS, a partir dos municípios inseridos na RGB, identificados por Estado, estes apresentam as seguintes manifestações:

- O Estado do Amazonas participa com 12 municípios na RGB, uma região metropolitana industrializada (Manaus) e cinco na RGB-FF; apresenta os melhores indicadores, destacando o Município de Manaus. O município de maior perda de qualidade de vida foi São Sebastião de Uatumã e; o localizado dentro da faixa de fronteira, foi Urucará;

- O Estado do Pará, participa com 9 municípios, sendo 7 com indicadores *fracos* e, destes, Óbidos foi o único que apresentou melhoria de qualidade de vida. O município de maior perda de qualidade de vida foi Curuá e o localizado dentro da faixa de fronteira foi Faro;

- O Estado do Amapá, participa com 16 no Estado inseridas na RGB, uma região metropolitana não industrializada (Macapá); 8 municípios integrantes da RGB-FF. Para 2024, não apresenta municípios *fortes*; 11 com indicadores *fracos* e; sua *cidade-gêmea*, Oiapoque, é a que possui o menor índice. Os Municípios de Macapá, Vitória do Jari e Ferreira Gomes apresentaram melhoria de qualidade de vida, mas com reduzidos avanços. O município de maior perda de qualidade de vida foi Oiapoque, seja na escala da RGB, da RGB-FF amapaense, seja como *cidade-gêmea* da RGB;

- O Estado de Roraima, todos os seus municípios estão inseridos na RGB e na RGB-FF; possui três regiões metropolitanas não industrializadas; em 2024, apresenta um município *forte*; 13 com indicadores *fracos*, dentre elas, suas *idades-gêmeas*, Pacaraima e Bonfim e; os Municípios de Alto alegre e Uiramutã registram os menores indicadores nacionais. Todos os Municípios roraimenses não apresentaram melhoria de qualidade de vida no período de 2014-2024, por mais que Boa Vista mostre indicadores na categoria *forte*. O município de maior perda de qualidade de vida foi Mucajaí (-11,86), com mudança de categoria *forte* para *fraco*. Por mais que haja o caso de Uiramutã (-12,12), que não saiu de sua condição de *fraco* em um decênio.

BIBLIOGRAFIA

IMAZON. **Índice de Progresso Social Brasil** - Relatório Metodológico. Belém: Imazon, 2024. Disponível em: <https://concertacaoamazonia.com.br/estudos/resumo-executivo-indice-de-progresso-social-brasil-2024/>.

PORTO, J. **Interações espaciais transfronteiriças na Região das Guianas**: Acionalidades, usos e funções territoriais. Santiago de Compostela, Espanha: IDEGA/USC, 2025.

SANTOS, D.; CELENTANO, D.; GARCIA, J.; ARANIBAR, A.; VERÍSSIMO, A. **Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira**. Belém: Imazon; Social Progressive Imperative, 2014. Disponível em: www.ipsamazonia.org.br/relatorios.

SANTOS, D.; LIMA, M.; WILM, M.; SEIFER, P.; VERÍSSIMO, A. **Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira – IPS Amazônia**. Belém: Imazon, 2023. Disponível em: www.ipsamazonia.org.br/relatorios.

SANTOS, D.; MOSANER, M.; CELENTANO, D.; MOURA, R.; VERÍSSIMO, A. **Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira**. Belém: Imazon; Social Progressive Imperative, 2018. Disponível em: www.ipsamazonia.org.br/relatorios.

SANTOS, D.; VERÍSSIMO, A.; SEIFER, P.; MOSANER, M. **IPS Amazônia- 2021**: Relatório Executivo. Belém: Imazon, 2021. Disponível em: www.ipsamazonia.org.br/relatorios.

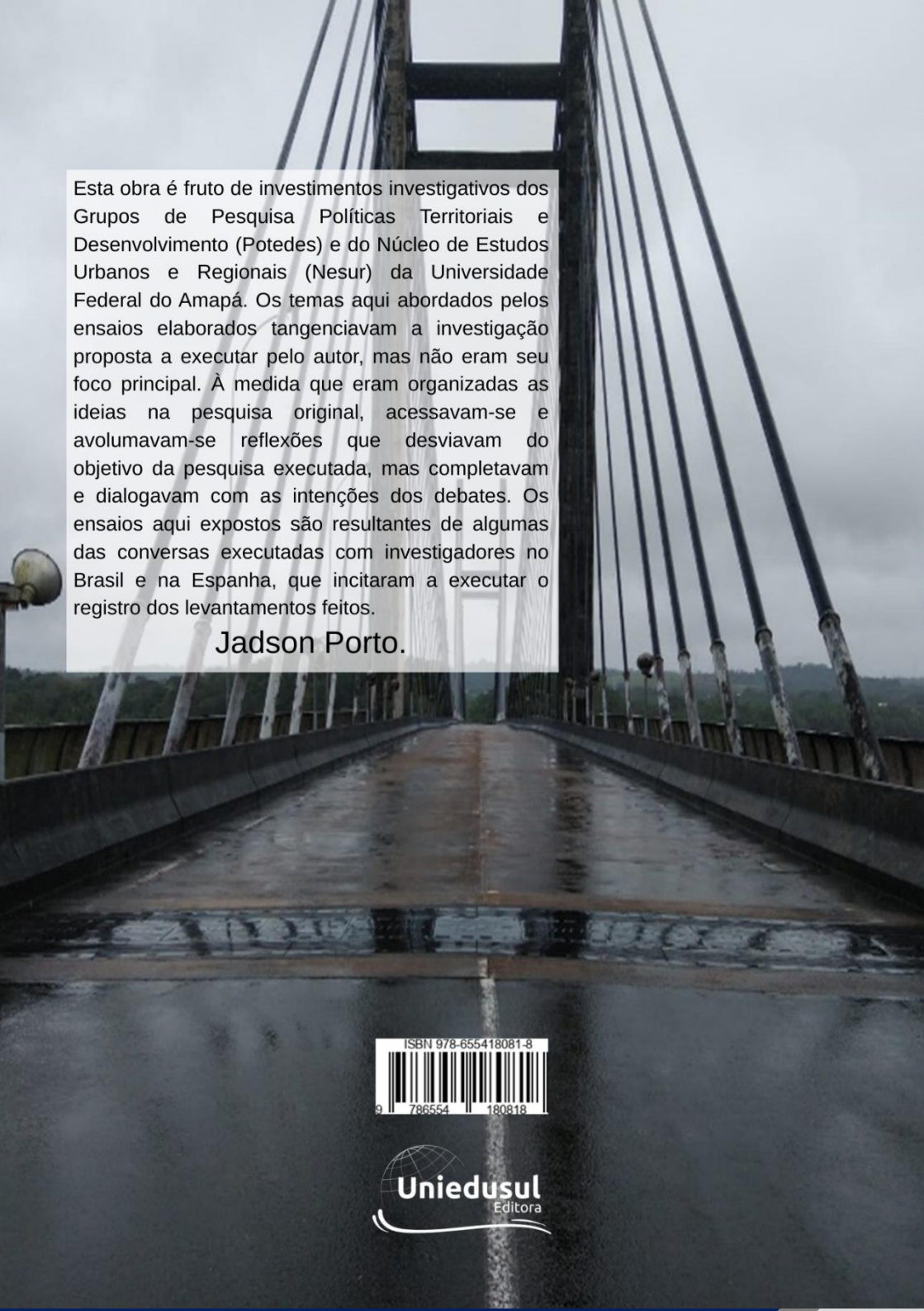
SILVA, G. V.; DI MICELI, C. V. **Região das Guianas: Território, história e cultura**. São Paulo: Letra1, 2024.

Sobre o autor



Jadson Luís Rebelo Porto é autor e organizador de 48 livros acadêmicos e 16 de poesias. Possui graduação em Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Pará (1993), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998), doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (2002); Pós-Doutorado em Desenvolvimento Regional, pela Universidade Regional de Blumenau (2014); Pós-Doutorado em Geografia, pela Universidade de Coimbra (Portugal) (2015); Pós-Doutorado em Estudos Sociais, pela Universidad Nacional de la Patagonia Austral - Unidade Rio Gallegos (UNPA/UARG), Argentina (2017); Pós-Doutorado em Desenvolvimento Regional, pela Universidade Federal de Tocantins (2020). Pesquisador-visitante no Instituto de Estudos e Desenvolvimento de Galícia, da Universidade de Santiago de Compostela (IDEGA/USC) (2024/2025). Membro Titular da Academia de Letras José de Alencar, Cadeira 03 (Curitiba, Paraná, Brasil). Membro Titular da Academia Amapaense de Letras, Cadeira 17 (Macapá, Amapá, Brasil). Coordenador do Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos (NESUR/UNIFAP). Atualmente é professor Titular da Universidade Federal do Amapá. Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP.

Administrador do site: www.jadsonporto.blogspot.com.br



Esta obra é fruto de investimentos investigativos dos Grupos de Pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento (Potedes) e do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (Nesur) da Universidade Federal do Amapá. Os temas aqui abordados pelos ensaios elaborados tangenciavam a investigação proposta a executar pelo autor, mas não eram seu foco principal. À medida que eram organizadas as ideias na pesquisa original, acessavam-se e avolumavam-se reflexões que desviavam do objetivo da pesquisa executada, mas completavam e dialogavam com as intenções dos debates. Os ensaios aqui expostos são resultantes de algumas das conversas executadas com investigadores no Brasil e na Espanha, que incitaram a executar o registro dos levantamentos feitos.

Jadson Porto.

ISBN 978-655418081-8



9 786554 180818

